



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso Especial

665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

...CORREIOS...

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério

Público da União no DF - Ano XIV - Nº 24 - Maio de 2005



Quando tudo parecia impossível,
decidimos arriscar;
quando havia risco,
decidimos ousar;
quando ousamos,
aprendemos que a Justiça
deve ser exercida plenamente:
por quem a pratica, para
quem nela trabalha e
para quem dela precisa.

25 de maio de 1990, nasce o Sindjus

Págs. 4, 5, 6 e 7

O país das aparências
Págs. 9, 10 e 11

Angústia e compulsão
Págs. 14 e 15

Ascensão funcional
Págs. 20 e 21

Quando um justo caminha, a justiça põe o pé na estrada

Homenagem do Sindjus aos companheiros que marcharam até Brasília para a manifestação histórica de 17 de maio na Esplanada dos Ministérios. O Sindjus reafirma seu compromisso de uma só justiça para o trabalhador urbano e o rural, pois sem trigo não há pão e sem pão não se planta o trigo. Nos 15 anos do Sindjus, pela democracia e a livre expressão do trabalhador, aprendemos que a cada passo no caminho da justiça avançamos na construção da sociedade solidária. Sem justiça no campo a cidade fica mais injusta. Campo e cidade caminham juntos na marcha pela justiça, ontem, hoje e sempre.

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Clede de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Editores assistentes

Netto Costa - Reg. Prof. 2534-DF
Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

Impressão

ArtGraf

Tiragem

10.000 exemplares

Vontade política, já!

Nos dias 12 e 13 de maio realizou-se o 1º Seminário “A Justiça em Números – Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”. Na oportunidade foram anunciados os resultados de um estudo encomendado pelo Supremo Tribunal Federal para diagnosticar os problemas estruturais e de gestão que têm tornado a justiça no Brasil lenta e cara.

A realização desse estudo representa um passo importante para a compreensão da realidade e da complexidade dos problemas que afetam a Justiça brasileira. A verdade é que pouco se sabe sobre o todo e, ainda menos, sobre as peculiaridades do funcionamento desse Poder que, devido às proporções do nosso País e de suas extremas desigualdades regionais, goza de um dos piores lugares na confiança da sociedade, segundo pesquisa feita pela OAB.

A gestão do Poder Judiciário é marcada pela herança da cultura política brasileira: autoritária, patrimonialista, elitista, coronelista e paternalista. E mais. O nepotismo suplantou os princípios da impessoalidade e da eficiência.

Muito pode ser feito para que a justiça chegue a quem dela precisa. É preciso, no entanto, que haja vontade política para romper com essa herança. Promover mudanças profundas, mexer com gente poderosa. A realização do diagnóstico é importante, mas não é um fim em si mesmo. É preciso ir à raiz do problema. É isso que se espera do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo planejamento do Poder Judiciário.

Os servidores podem e querem contribuir nesse processo. A experiência adquirida no dia-a-dia e o sucesso de projetos apresentados por servidores nos mais diversos órgãos os credenciam para ser parte nesse processo de transformação.

A “expertise” dos servidores conquistada pelos investimentos feitos em formação prova que não se pode subestimar a capacidade de propor alternativas, elaborar projetos, incorporar novas tecnologias de informação. Incentivos são necessários. É preciso democratizar as relações de trabalho. O servidor precisa ser estimulado a apresentar suas idéias. É preciso criar uma cultura administrativa em que a competência seja mais forte que o autoritarismo, na qual o argumento seja mais poderoso que o cargo. Mas, para isso, é preciso superar o medo, romper o silêncio, ir à luta.

Os dados do estudo relativos aos servidores ainda estão contaminados por fatores sobre os quais não temos responsabilidade. O enfraquecimento da 1ª instância não é uma opção dos servidores; a definição por prédios suntuosos, em detrimento até mesmo da funcionalidade, não é uma opção dos servidores. Portanto, louvamos a iniciativa, mas acreditamos que será preciso uma correta interpretação dos dados para que não se chegue a conclusões prematuras e equivocadas sobre quem são os responsáveis pela falência da justiça brasileira.

Em nossa próxima edição, pretendemos apresentar uma análise sobre os dados apresentados. ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

As ruas não se calam e exigem justiça

A expressão que dá título a este artigo é extraída de um cartaz pintado nos muros de Caracas, por apoiadores do Presidente Chávez: *Las calles no se calan! Exigimos justicia!*

Agora que passou o primei-

ro momento midiático dos acontecimentos que no ano de 2002, em 48 horas, levaram à retirada e, com grande apoio popular, à reposição do presidente Hugo Chávez à frente do poder na Venezuela, começam a surgir as interpretações que mostram a surda luta política entre as elites daquele País, com apoio norte-americano, e o povo pobre, há décadas excluído, que começa a se organizar e a exigir democracia e justiça.

Se no caso venezuelano, as circunstâncias desse embate começam a esclarecer-se e por a nu as dificuldades das elites tradicionais em adequar-se às demandas sociais de renovação democrática, mantendo-se agarradas às suas prerrogativas oligárquicas, na nova situação que eclode no Equador, ainda não são claras as interpretações sobre os acontecimentos em curso, bastando por em relevo as dificuldades para definir a legalidade do processo de destituição do Presidente Gutiérrez e da constituição de um novo governo.

Em entrevista recente à Folha de São Paulo (A 14, 25/4/05), Marta Lagos, Diretora da Latinobarómetro, vê com boa expectativa democrática as movimentações sociais na América Latina atual, salientando o fato relevante de um protagonismo popular que, *"de maneira crescente, se dando conta de seus direitos, volta às ruas para exigir-los"*. Indica além disso, que esses movimentos parecem sinalizar às elites que elas *"não*

são adequadas ao momento democrático pelo qual passa o continente" e que *"é preciso formar elites que estejam sintonizadas com as atuais demandas democráticas"*. Para ela, *"as populações latino-americanas, hoje, parecem estar um passo à frente das elites que as governam"*.

Entre as imagens das movimentações de rua em Quito, chama a atenção a retomada da palavra de ordem *Que se vayan todos - que todos partam (Folha de São Paulo, A 14, 27/4/05)*.

Surgida pela primeira vez na Argentina, nos piquetes e nos *cacerolazos* (panelaços) de 2001/2002, a consigna que rapidamente se inscreveu no imaginário latino-americano sublevado, logo passou a traduzir a interpelação popular pelo desmantelamento das estruturas oligárquicas e das instituições por elas criadas e funcionalmente a serviço de seus interesses.

Curiosamente, embora dirigida aos políticos em geral, em coro nas marchas ou pintadas com aerosol em muros e paredes, esta palavra de ordem, lembra Julio de Zan (La ética, los derechos y la justicia, Fundación Honrad-Adenauer Uruguay, Montevideo, 2004), ganhou maior ressonância quando dirigida *"contra membros do Poder Judiciário, em particular contra os próprios juizes"* repetida que foi em manifestações massivas, por exemplo, *"diante da Corte Suprema de Justicia em Bue-*

nos Aires, que exigiam a renúncia dos magistrados".

Em Quito, não nos esqueçamos, a crise se desencadeou logo após a dissolução da Suprema Corte do Equador, colocada no seu epicentro, como um dos fatores políticos que lhe deram causa. Não se trata de forçar uma centralidade, mas de destacar que um apelo à renovação democrática passa necessariamente pela reconstrução das instituições judiciárias e de prestação da justiça.

O trabalho organizado por Julio Zan, acima citado, tem por motivação o tremendo debate que se abriu na Argentina após as interpelações que agora se repetem no Equador, afetando o Tribunal Constitucional, o Tribunal Eleitoral e a Suprema Corte, até chegar ao *"fora todos"*. Foram essas circunstâncias limite, lembra Zan, os determinantes que levaram *"amplios setores da própria magistratura argentina a compreender a necessidade de encarar uma profunda renovação ética da justiça e trazer a instituição para mais perto da cidadania"*.

Esta necessidade de profunda renovação ética da justiça tem sido o norte das mobilizações do Sindjus, desde a formação da Entidade há quinze anos, e fortemente reafirmada no seu 3º Congresso, sustentando que a sociedade não pode ser democrática com um Judiciário conservador. ■

"Esta necessidade de profunda renovação ética da justiça tem sido o norte das mobilizações do Sindjus, desde a formação da Entidade há quinze anos, e fortemente reafirmada no seu 3º Congresso, sustentando que a sociedade não pode ser democrática com um Judiciário conservador"

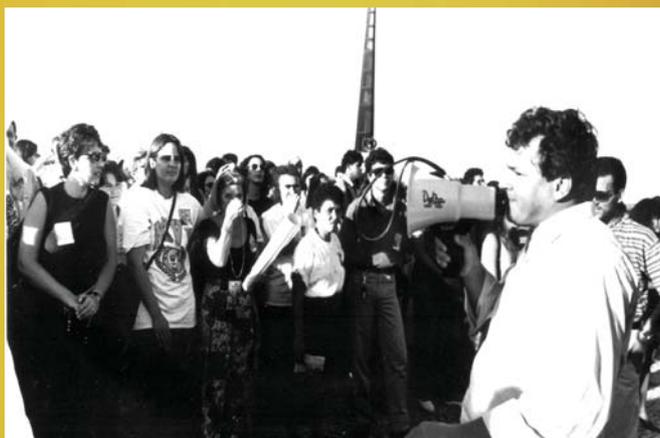
Sindjus-15 anos de lutas e vitórias!

Netto Costa

A

Constituição de 1988 estabeleceu a livre organização dos trabalhadores. Então, no final dos anos 80, já era forte a tradição sindical nos poderes Executivo e Legislativo. Pouco mais de um ano depois da promulgação da Constituição, em maio de 1990, um grupo de servidores reúne-se e decide pela criação do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF – Sindjus/DF. No dia 25 de maio, com uma extensa folha de serviços prestados aos trabalhadores do Judiciário e do MPU, o Sindjus completa 15 anos de existência.

Na época da fundação do Sindjus, o técnico judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, Edílson Franklin, tinha 28 anos. Recém saído de uma carreira bancária, Franklin fez parte do grupo da primeira diretoria do



Ato público no STF - 1993

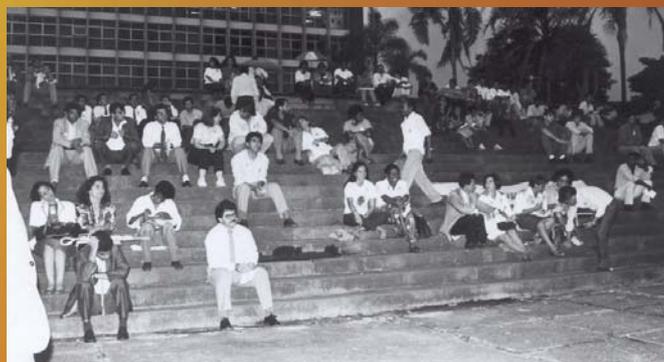
Sindjus. “Eu tinha apenas seis meses de Judiciário, mas como vinha de um banco privado, onde havia um sindicato bem atuante, comecei a sentir a necessidade de criarmos um sindicato. Acho que ao longo desses 15 anos o Sindjus evoluiu muito. Está atuando de forma mais efetiva e com profissionalismo. Creio que nossa iniciativa contribuiu para a democratização do poder Judiciário, inclusive pelo combate ao nepotismo”, diz Franklin.

Depois de afastar-se da luta sindical por uns tempos, Edílson Franklin voltou à ativa. Atualmente é coordenador de finanças do Sindjus: “O sindicato vem num caminho muito bom. Vejo como novos desafios a ampliação da luta por uma carreira ainda melhor. Avalio também que ainda há um espaço cultural a ser preenchido, no sentido de promover o surgimento de novos talentos artísticos no serviço público. Há a necessidade investir para que as pessoas produzam coisas novas”.

Servidores valorizados – Quem vive o sindicato sabe que a luta sindical valoriza os servidores. E quando os servidores se sentem valorizados isso volta em termos de novas adesões, de crescimento. Com aproximadamente dez mil filiados, o Sindjus

cultural é o que constitui o arcabouço que dá sentido ao Sindjus.

Ramiro López, coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) tem acompanhado o Sindjus ao longo desses 15 anos: “O Sindjus foi criado no ano em que eu ingressei no Judiciário. Portanto, acompanho o seu desenvolvimento desde o princípio. Atualmente o Sindjus/DF ocupa um lugar de destaque no cenário nacional, seja pela sua localização estratégica, seja pelas responsabilidades que tem assumido e pelo empenho com que tem defendido os interesses do Judiciário federal e do Ministério Público da União. Dá para ver claramente o quanto a categoria respeita o Sindjus/DF



Primeira assembléia - 1990

é hoje um dos sindicatos mais respeitados no Distrito Federal. Manter a unidade e o espírito de participação dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, lutar por sua segurança, estabilidade e qualidade de vida, e oferecer-lhes uma referência política e

pelo quanto ele tem crescido. E esse crescimento se dá tanto na ocupação do espaço político como no aumento do número de filiados. O principal desafio que se coloca hoje é a discussão da carreira. Uma carreira que permita o crescimento



profissional e a valorização dos profissionais que a integram”.

Ação política consistente

- O respeito que o Sindjus tem hoje junto às administrações dos tribunais e dos órgãos do MPU, do Congresso Nacional, do Poder Executivo e da sociedade brasileira foi conquistado gradativamente. É fruto de uma longa prática política, sintonizada com a categoria, séria, transparente, combativa.

A experiência nos tem mostrado que as vitórias só podem ser construídas quando se combina a mobilização dos servidores com as negociações entabuladas por sua diretoria. Por isso, a fórmula “mobilização e negociação” tornou-se uma das marcas da entidade.

O professor José Geraldo de Souza Júnior, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), colabora com o jornal do Sindjus há três anos, desde que participou do Congresso da entidade debatendo o tema “É possível a sociedade ser democrática com um Judiciário conservador?”. José Geraldo avalia o sindicato: “O Sindjus tem desempenhado o papel de descortinar à consciência dos trabalhadores valores fundamentais como a dignidade do trabalho. Além disso, é um sindicato que amplia suas atribuições para inserir em sua pauta de atuação a participação solidária e a inclusão social como atributo da própria sociedade”.

Além de uma ação política consistente, a melhoria da qualidade de vida dos filiados é uma das grandes preocupações do Sindjus. Isso se traduz, por exemplo, na participação da entidade nos Conselhos de Saúde dos tribunais e órgãos do Ministério Público, e nas campanhas que desenvolve para prevenir as doenças ocupacionais. Além disso, na sede campestre do sindicato, o Cefis, localizado no Gama, o filiado encontra um espaço de convivência e lazer. Perfeito para os finais de



semana. No Cefis são organizados os campeonatos anuais de futebol e os torneios de vôlei de areia, entre outras atividades esportivas que congregam a categoria.

Promoção de eventos culturais - Com o objetivo de fortalecer a identidade da categoria e de enriquecer a vida cultural do Distrito Federal, o Sindjus tem dedicado grandes esforços à promoção de eventos culturais. Em conjunto com outros sindicatos, promoveu, em 2002, o programa “Brasília, Capital do Debate”, que trouxe a Brasília grandes personalidades, entre elas, o frei Leonardo Boff, o cantor Lobão, o ex-craque da Seleção Brasileira, Dr. Sócrates, o cantor e compositor Antônio Nóbrega e o escritor Ariano Suassuna.

Os shows de fim de ano, com artistas de expressão local e nacional, já entraram no calendário cultural da cidade, atraindo cerca de 20 mil convida-

dos a cada edição. Em 2004, o Sindjus promoveu o seu primeiro Concurso Literário, que revelou escritores talentosos na categoria. Neste ano, destaque para a Campanha Filiação inovadora, utilizando personagens criados pelo Grupo Teatral Pira-



Greve pelo PCS / 2000

mas e abordagens bem-humoradas para sensibilizar os servidores. A irreverência das duplas de personagens, criadas para a campanha, tem despertado a curiosidade de todos que se depa-ram com as *Chinesinhas* e as

duas integrantes do *Sindicato das Gordinhas e Rechonchudas*. As performances surpreendem e chamam a atenção para a campanha que, ainda por cima, vai sortear um carro zero quilômetro entre filiados novos e antigos.

O Sindjus acredita que, para prestar mais e melhores serviços à população, o Poder Judiciário e o Ministério Público precisam ser mais democráticos e acessíveis. Para estimular novas idéias que levem a uma Justiça mais ágil e democrática, o Sindjus estará promovendo este ano o Prêmio Novas Idéias para a Justiça – Idéias Criativas para a Democratização do Poder Judiciário e Ministério Público. Fiquem atentos ao lançamento do Prêmio e participem! A nossa categoria é muito criativa e, por isso, sempre buscamos novos canais para aproveitar esse potencial. É por isso que novos concursos, e até um festival de música, podem acontecer este ano.

Novos desafios - O Sindjus firmou sua posição de independência frente ao governo Lula e prometeu cobrar os compromissos de campanha. Agindo de for-

ma coerente, nos últimos anos o sindicato tem marcado presença nas ruas, participando das marchas e manifestações organizadas pela CUT e entidades de servidores públicos, realizou diversas manifestações na Praça



Manifestação no TJDF - Abril 1996

dos Tribunais contra a Reforma da Previdência, não se furtou a convocar a categoria à greve contra o reajuste zero, pressionou as administrações dos tribunais e dos órgãos do MPU, fez pressão nos corredores do Congresso Nacional e nos ministérios.

Agora queremos ampliar as bases sociais de mudanças, rumo ao desenvolvimento econômico e social. Continuaremos a pressionar o governo Lula a descartar a agenda do governo anterior, a qual ainda está amarrado, para começar a cumprir os compromissos do programa pelo qual foi escolhido pela maioria do povo brasileiro. O desafio é trocar a prioridade de pagar os serviços da dívida pela prioridade de reiniciar o crescimento econômico e social do país.

Atuação combativa e consistente - O juiz Grijalbo Coutinho tem acompanhado a atuação do Sindjus ao longo dos anos: "É uma entidade extremamente combativa que, com o decorrer do tempo, tem revela-

do uma enorme competência na defesa dos servidores do Judiciário e do Ministério Público. Aos 15 anos, o Sindjus firma-se como um dos mais atuantes sindicatos. Acompanho suas lutas há pelo menos oito anos e pude verificar o crescimento da atuação política do sindicato. Pude perceber combatividade e consistência nessa atuação. Vi o Sindjus encampar e conquistar os dois últimos Planos de Cargos e Salários da categoria, entre outras importantes lutas que disseram respeito não só à base do sindicato, mas a toda a sociedade brasileira. É uma luta consistente", conclui Grijalbo.

Mas há desafios pela frente. Alguns são específicos dos trabalhadores do Judiciário e do MPU. São desafios grandes, numerosos, mas, conforme o Plano de Lutas adotado pela Plenária Nacional da Fenajufe, realistas e factíveis. Entre os pontos aprovados, estão: a revisão do PCS; a implementação da movimentação extraordinária; a luta contra as requisições de servidores

não pertencentes aos órgãos do Judiciário Federal e MPU; a defesa do concurso público para o fortalecimento destas instituições; e a ascensão funcional. Vamos continuar combatendo o nepotismo, os trencida-alegria e a terceirização dos serviços públicos.

A demora no envio dos nossos PCS ao Congresso Nacional deixa claro que teremos que travar intensos embates para garantir mais essa conquista. Teremos que estar mais fortes e mobilizados do que nunca.

Estamos atentos às oportunidades para trazer novos ganhos a nossos associados. Novidades na área de lazer estão entre os nossos planos, assim como no setor de habitação. Sabemos que é preciso combinar as lutas específicas da categoria com as lutas mais gerais dos trabalhadores e do povo. Os associados do Sindjus sabem disso, e até por isso, têm obtido tantas vitórias nos últimos anos. Por isso também a confiança de que, unidos e mobilizados, saberemos enfrentar tantos desafios neste ano e daqui pra frente.

Dentre as principais conquistas nesses 15 anos destacamos:

Tabela II

- 28%
- Aprovação do PCS do Judiciário em 1996
- Aprovação do PCS do MPU em 2000
- 11,98% em 2000
- PCS do Judiciário e do Ministério Público em 2002
- Reajuste da GAJ em 2004
- Outras conquistas específicas para cada tribunal e para o MPU

Desafios que se renovam

Atualmente nossas principais lutas são:

- Pela aprovação da nova reestruturação dos Planos de Carreira - PCS;
- Pela instalação de uma política salarial que recomponha anualmente as perdas;
- Pela valorização profissional do servidor do Judiciário e do Ministério Público da União;
- Pela instituição de políticas de saúde e qualidade de vida;
- Por uma política cultural e de formação profissional
- Contra o nepotismo
- Contra a terceirização
- Pela democratização do Poder Judiciário e do MPU
- Por justiça social

A importância de manter-se filiado

“A um rio que tudo arrasta, todos chamam de violento; mas ninguém chama de violentas as margens que o aprisionam há séculos”.

Brecht

Estar sindicalizado é estar junto para agir e reagir, seja na esfera pública - construindo articulações que formam relações ainda mais amplas e plurais -, seja na esfera social - onde as questões de identidade se colocam: pertencer a um movimento, a uma rede, a um campo ético-político. Estar sindicalizado é mais do que contribuir para o sindicato. É inserir-se em lutas pelo reconhecimento ou pela reparação de injustiças e desigualdades.

Estar sindicalizado é criar, construir e fazer parte de redes: redes de solidariedade, de assessoria, de informação, de comunicação, de militância, de articulação política; redes no âmbito da sociedade civil, mas também do Estado.

Para o especialista em psicologia social Armando Veloso, professor da faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), é bastante importante pertencer a um sindicato: “Somos seres sociais e, nesse sentido, nós precisamos dos outros e os outros precisam da gente. Ao pertencer a um sindicato se

vai tecendo vínculos, redes. Imagine cada pessoa como sendo um fio. Esses fios se entrecruzam até formar uma espécie de rede. Quando uma pessoa cai, ela é amparada por essa rede. E a rede está lá, seja para questões trabalhistas ou até para questões de ordem pessoal”.

Veloso lembra que uma pessoa que te conheceu no sindicato pode te ouvir, te amparar. “Sobretudo num tempo em que o individualismo parece ter atingido proporções patológicas. Em que há um refluxo de utopias, uma espécie de depressão coletiva, uma desesperança, um estresse generalizado. Nesses tempos, amparar e ser amparado é fundamental”, diz o psicólogo social. Para Veloso, os sindicatos podem funcionar como um contraponto a essa depressão coletiva, “trazendo, ainda que de maneira tímida, uma certa esperança”.

O individualismo gera uma leitura de mundo também individualista. Ou seja, leva-nos a pensar que se algo vai mal é por nossa culpa, nossa incompetên-

cia. E o sindicato deixa bem claro que essa é uma visão equivocada, retirando o problema do umbigo das pessoas e colocando-o num ponto de vista mais amplo. Veloso lembra que o sindicato despersonaliza as dificuldades, retirando um peso das costas de seus filiados.

A segurança de pertencer a um grupo – O sociólogo Brasilmar Ferreira Nunes, professor titular do Departamento de Sociologia da UnB, concorda com Armando Veloso. “Quando as pessoas trabalham em uma instituição, isso dá a elas uma identificação com o órgão, mas não lhes dá, a priori, uma identificação com o grupo, ou seja, com as pessoas que estão na mesma situação que você”, explica Nunes.

Para ele, ao sindicalizar-se, sim, isso lhe confere uma identidade de classe, de se sentir pertencendo a uma organização composta por indivíduos que estão em situação similar a sua. “Estar sindicalizado gera uma sensação concreta, não abstrata, de pertencimento a um gru-

po. O indivíduo é um ser social. O pertencer a um grupo dá a ele, naturalmente, mais segurança psicológica e profissional”, ensina Brasilmar Ferreira Nunes.

A segurança psicológica é a mais importante, pois os sindicalizados sabem que estão zelando pelo bom encaminhamento de suas questões profissionais, pelas melhorias salariais, pelos direitos e pelos deveres. “Dá aos sindicalizados uma certa tranquilidade para trabalhar em outras questões relativas ao seu ofício”, afirma Nunes. “A identidade de classe é saber que se faz parte de um todo que é maior que você. É saber-se integrante de um grupo, o que dá uma nova dimensão social à vida. O sindicalizado se sente até mais à vontade para desempenhar o seu papel social, típico da função que exerce”. O sociólogo lembra ainda que o sindicato zela pelas funções, pelas profissões, de seus associados. Por isso é tão bom ser sindicalizado. E você? Também está cumprindo o seu papel social em sua plenitude? ■

Você sabe com quem está falando?

Problemas da identidade brasileira

Por Antônio Carlos Queiroz

O antropólogo Roberto da Matta é um dos mais conhecidos explicadores do Brasil, uma profissão que, a exemplo da de técnico de futebol, anima milhões de brasileiros. Mas, diferentemente de explicadores clássicos, como Gilberto Freyre, que se preocuparam em responder a questões tradicionais das ciências sociais, como a família, DaMatta escolheu temas que ele, talvez por modéstia, chama de banais, como o carnaval e as escolas de samba. Observando as manifestações culturais, o comportamento nas ruas, a relação com as autoridades, o ritual das comidas, ele procura descobrir o que diferencia os brasileiros de outros povos. Seu método é fruto da convivência com importantes antropólogos brasileiros, como Roberto Cardoso de Oliveira, e dos estudos que fez de diversos grupos indígenas, como os Gaviões do Maranhão e os Apinayé de Goiás. Nesta entrevista, concedida logo depois de uma palestra proferida no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, DaMatta diz o que pensa dos brasileiros e dos obstáculos que atrapalham o desenvolvimento da democracia no País.



Sindjus - Você, que é um dos explicadores do Brasil, diga que mania é essa dos brasileiros de explicar o Brasil, essa preocupação permanente com a identidade do País?

RM - Explicar o Brasil é uma das maneiras de a gente amar o Brasil. É uma maneira de a gente mostrar preocupação com o Brasil. De certo modo, sobretudo em virtude do regime militar e das ditaduras, a elite brasileira ficou um pouco bloqueada para dizer: "Olha, eu estou preocupado com o Brasil porque eu gosto do Brasil". A gente ficou inibido porque dizer que gostava do Brasil era de certo modo apoiar o governo.

Sindjus - Parece que a consciência de ser brasileiro surgiu apenas com a Guerra do Paraguai, não foi?

RM - Esse negócio da Guerra do Paraguai é interessante porque você pode inverter os termos. Pode se dizer que o Brasil só foi à Guerra do Paraguai porque ele tinha consciência de ser Brasil. Dizer que a consciência

apareceu depois da guerra é tão complicado quanto dizer que entrou na guerra porque tinha consciência. Mas essa é uma questão para os historiadores. O que eu sei é que a identidade nacional você só pode ver em relação a outros países. O Brasil está em relação com o Paraguai, então surge uma consciência. O Brasil está em relação com a Argentina, surge outra consciência. Essa é talvez a primeira maneira de perceber a consciência das diferenças. Em relação com Portugal, com a Inglaterra, com a França. Você tem modelos dos quais quer se divorciar e modelos que você quer imitar. Provavelmente, os modelos a serem imitados são os franceses e os ingleses, e aí você tem a transformação da elite brasileira em estrangeiros dentro do Brasil. Até na minha geração eu peguei isso, porque tinha que ler em francês, em inglês, não podia gostar do Brasil. Era uma babauice. Tudo o que era brasileiro era ruim, era ingênuo.

Sindjus - O movimento modernista, de 1922, não surgiu justamente para enfrentar esse tipo de coisa?

RM - Mas era também um movimento copiado do modernismo europeu. Ficou muito claro, na minha trajetória intelectual, que sofisticar-se era, de certo modo, abandonar determinadas percepções do Brasil consideradas ingênuas.

Sindjus - Tinha que ser cosmopolita?

RM - Cosmopolita, sofisticado, socialista, universal, progressista.

Sindjus - Uma das vertentes mais fortes da percepção da identidade nacional é o pensamento de Gilberto Freyre, da mestiçagem. O mestiço é o brasileiro por excelência. Com a recente afirmação do movimento negro, do movimento indígena, essa percepção não ficou meio desestabilizada?

Acho que há reformulações

desse modelo. O hibridismo tem a grande vantagem de poder ser desestabilizado. É instável por definição, não é puro. Acho que o Gilberto deve ser lido como uma tentativa importante para entender todos esses paradoxos. Todas as questões que vocês fizeram até agora são paradoxais, não têm uma resposta.

Sindjus - Você propõe um método que foge da linha adotada por seus mestres: analisar a sociedade por suas raízes, não é? A sua perspectiva é muito ligada à atualidade. Fale um pouco disso.

RM - O que diferencia a minha análise é decididamente a experiência de sincronia, de abandonar a diacronia. Até onde posso ir sem ir para a história, fazendo só uma análise estrutural? Eu fiz isso deliberadamente, conscientemente. E isso traz um rendimento tão grande quanto se eu tivesse recorrido à história. Se eu fizesse uma história do carnaval, provavelmente che-

garia às mesmas conclusões que eu cheguei. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que eu não peguei temas nobres. Escolhi temas banais, triviais, obscuros, marginais. Estudei o carnaval e não a família. Gilberto Freyre estudou a família patriarcal. Eu estudei o carnaval, a escola de samba. Gilberto Freyre estudou a passagem do Império para a República. Eu estudei "Sabe com quem está falando?". Tentei mostrar que quanto mais houvesse igualdade, mais hierarquia a gente precisava. O "Você sabe quem está falando?" é um fenômeno moderno, apareceu na modernidade brasileira de maneira contraditória, porque você perdia a consciência de posição. Então você usava o "você sabe com quem está falando?" para restabelecer uma hierarquia que estava desaparecendo. Você se agarrava aos amigos no nepotismo porque a sociedade tinha promulgado leis de concurso, de igualdade.

Sindjus - Se estivesse vivo, o Darcy Ribeiro provavelmente explicaria a questão do nepotismo, hoje tão relevante no Judiciário e no Ministério Público, com a famosa teoria do cunhadismo tupi-guarani. O senhor até mencionou a questão do cunhado em sua palestra. Cunhado é fogo. Cunhado não é parente, dizia o Brizola. Qual é a relação do fenômeno do nepotismo com as origens indígenas do País?

RM - O meu problema não é ir às origens mas sim mostrar que a transição para a modernidade implica necessariamente numa impessoalidade maior e que isso é difícil para nós. Fazer um corte entre aquilo que é interesse pessoal e aquilo que é interesse nacional, que é o interesse de uma entidade maior do que a família, maior do que a

casa. Essa relação entre a casa e a rua eu problematizei no livro "A casa e a rua". O Darcy tenta chegar a uma origem. Eu acho que não é preciso procurar uma origem, porque isso existe na Itália, na Grécia, na Turquia. Existe também nos Estados Unidos, só que lá é preciso problematizar o comportamento, sem o que a gente não transita do tradicional para o moderno. A gente transita fazendo lei, fazendo partido político, lendo livro, fazendo literatura, poesia, mas a gente não muda o comportamento. Isso é quase um paradoxo. A gente fala tanto do político para não ter que mudar o social. É o que está acontecendo com o atual governo. Falaram tanto que iam mudar tudo isso que está aí, e não mudaram nada.

Sindjus - Você está dizendo que, de qualquer forma, tenta-se importar modelos. Por exemplo, a questão da impessoalidade é uma idéia republicana. A República não seria uma negócio que não cola no País?

Para fazer a República, a coisa pública, você tem que sair da casa. Você tem que relativizar as relações pessoais que foram dadas na família. Você tem que ter um discernimento maior das relações de trabalho, das relações públicas e as relações privadas, as relações íntimas, que são as relações de sangue. Você tem que descobrir que existe uma coisa chamada conflito de interesses. O impressionante é que até hoje você não pode fazer o julgamento da obra de um amigo seu, se isso vai ter implicações para você conseguir um emprego, um empréstimo, etc.

Sindjus - Você afirmou na palestra que o deputado Severino Cavalcante está cumprindo um papel importante porque leva à tona certas

taras nacionais.

RM - Isso é fundamental. Do mesmo modo que o Lula. O Severino está cumprindo um papel fundamental porque bota para fora um monte de coisa que a gente não gosta de ouvir. Choca, obriga a discutir, obrigar a falar. O Brasil é isso, não é? O Brasil também é um Severino.

Sindjus - Em sua palestra, você disse que a relação do Estado com a sociedade é muito complicada. De um lado, uma entidade concentrada, opaca; do outro, uma coisa porosa, mole. Você passou a idéia de que é muito difícil o Estado mudar alguma coisa.

RM - O que eu tentei falar foi que existe na cabeça da elite brasileira uma idéia muito ingênua de que é possível modificar a sociedade meio do Estado, se esquecendo que quem ocupa os papéis críticos do Estado não são marceiros, são as pessoas que vêm da sociedade. Não repetir no Estado o que elas fazem na sociedade. É um jogo que volta totalmente. O pêndulo vai e volta. Todo governo, quando fala em revolução, diz que é uma revolução do Estado e não da sociedade. E quando você faz isso, se você não junta, não integra, não conjuga, você muda o Estado radicalmente, mas a sociedade continua a mesma coisa.

Sindjus - Você disse que isso aconteceu na fundação da República.

RM - Aconteceu na República e está acontecendo agora: lei de trânsito, nepotismo, imposto. Acaba tudo sempre assim. A relação entre o Estado e a sociedade é uma relação sempre negativa, de desconfiança, o que faz com que subornar, enganar, passar a perna no Estado seja uma coisa positiva e não negativa. Porque o Estado fica contra nós. Claro. Se conseguíssemos colocar o Estado a

favor e junto com a sociedade, avançaríamos muito mais.

Sindjus - Diante dialética perversa da relação do Estado com a sociedade, os brasileiros não teriam desenvolvido uma cultura meio cínica, da malandragem?

RM - Eu acho que o cinismo é uma proteção contra esse Estado onipresente, autoritário, devastador, evasivo, que quer legislar tudo. Só não legisla sobre as relações sexuais porque não pode. Se pudesse, legislava. E está aí de volta, no atual governo, querendo fazer agência para controlar tudo, reforma universitária, para controlar tudo. Esse Estado imaginário, que tem poderes absolutos, meio hegeliano, é um problema. Tem que ser relativizado. Não é assim que o Estado funciona. Esse Estado não existe. Só existe na cabeça dos teóricos brasileiros.

Sindjus - Mas a criação de agências é uma invenção americana para tirar do Estado a responsabilidade de cuidar de certos assuntos, colocando na mão de pessoas que não são do governo a responsabilidade de administrar uma atividade pública. Não seria um contra-senso criticar isso como maneira de centralizar?

RM - Eu não sei. Acho que os americanos buscam uma fórmula de neutralidade, mas é o que dá a legitimidade para as agências. Ali o Estado pode acabar com as agências, aqui no Brasil, não. No Brasil, é diferente. As agências são criadas para punir e multar. Nas agências americanas não tem nada disso. É preciso ter uma avaliação da relevância social dos projetos. O que é social? O social para você pode ser diferente do que é o social para mim. Quem é que define esse social?

Sindjus - Em sua fala, você trabalha muito o conceito de comunidade. Que influência teve a sua experiência com as sociedades indígenas, que não têm Estado?

RM - Uma experiência muito grande, fundamental. São sociedades que funcionam perfeitamente bem sem burocracia, sem escrita, sem Estado. O Brasil se organiza melhor no carnaval, em que o Estado participa quase residualmente. O carnaval só funciona porque o Estado não meteu a mão, porque no dia em que se criar uma agência de carnaval, acaba o carnaval ou então se desmoraliza a agência. Foi a experiência antropológica que me permitiu ver que uma comunidade, uma coletividade pode ter, eventualmente, uma coisa que a gente chama de Estado, e outra que a gente pode

nós, sempre vamos estar na rabeada, sempre atrasados. Se a gente conseguisse fazer um Índice Internacional de Carnaval, seríamos o número 1.

Sindjus - Fale um pouco do fator religioso. O Brasil ainda é considerado o maior país católico do mundo, mas o número de católicos está decrescendo e está avançando muito o número de pentecostais. Como é que você vê a cultura católica se desfazendo no País?

RM - Acho que a religiosidade brasileira tem que ser qualificada para responder a sua pergunta. A religiosidade brasileira é híbrida, sincrética. Você é católico para certas coisas, evangélico para outras e macumbeiro para outras. Isso relativiza toda a questão. Nós não somos

uma coisa altamente positiva.

Sindjus - Quais seriam os piores defeitos dos brasileiros?

RM - Eu não vejo sociedade com defeitos e qualidades. Não é essa a minha maneira de ver. Eu vejo dificuldades, obstáculos.

Sindjus - Quais são os obstáculos?

RM - A falta de entendimento do que é uma sociedade hierarquizada, que nasceu hierárquica e que adotou um sistema liberal igualitário individual. Uma sociedade brasileira em família, que botou um aparato institucional baseado no indivíduo.

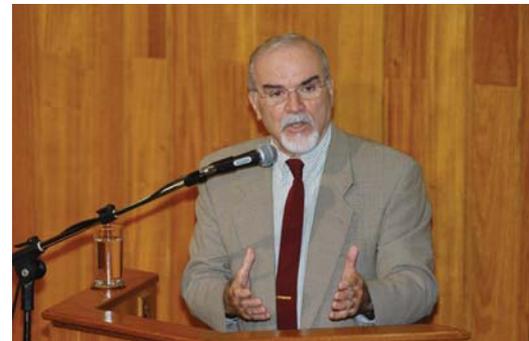
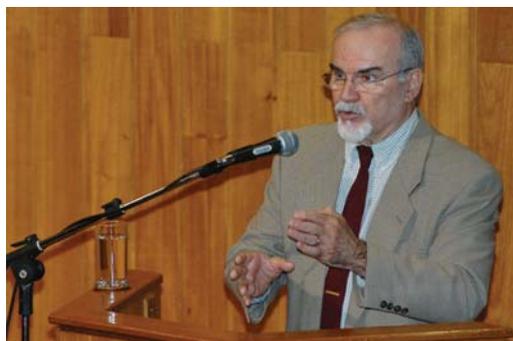
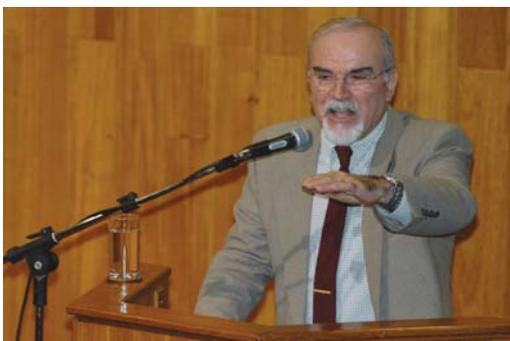
Sindjus - Diante de outros povos, que vantagens os brasileiros teriam?

RM - As contradições, a percepção dos paradoxos, das ambigüidades, que nos dão um tipo

sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil". Esse capítulo toca em duas questões fundamentais: a recusa à universalidade da lei, porque você sabe quem está falando, e porque você se distingue como uma pessoa que está acima da lei; e a nossa dificuldade de lidar com o anonimato, componente fundamental da igualdade. Se você é igual, você não precisa se identificar, não tem necessidade de dizer: "Ah, eu sou especial". A igualdade não é inferioridade, mas numa sociedade aristocrática e hierarquizada como o Brasil, a igualdade é um sinal negativo.

Sindjus - É verdade que você afirmou num programa de televisão que não gosta de Brasília?

RM - Eu fiz uma crítica a Brasília como uma cidade altamen-



chamar de sociedade, cultura. A leitura das interpretações tradicionais são feitas só através do Estado nacional. Os economistas só lêem o Brasil através do Estado nacional. Os cientistas políticos também. A interpretação antropológica se diferencia porque ela lê o Brasil através da sociedade, da cultura. Esse ponto é importante, me parece, pois abre as perspectivas, nos libera um pouco da dominância de padrões universalistas como Produto Nacional Bruto, índice de desenvolvimento, índice de educação, não sei o quê. Como esses padrões não foram feitos por

os americanos, que só frequentam uma igreja, conhecem o padre, o padre visita a sua casa. Não somos assim. Aliás, a gente acha que quando chega nesse nível, não fica bom. A gente vai ao centro quando precisa ir ao centro, vai à igreja quando precisa ir à igreja, para um casamento, um batizado. Quanto tem um louco na família, quando a mulher foi embora com outro, aí você vai na umbanda. No fundo esse é o mecanismo que sustenta todas essas religiosidades e permite uma abertura, um nível de tolerância muito grande. É uma vacina contra a intolerância,

de sensibilidade e de tolerância muito grande, que podem ser eventualmente vantajosas em certas circunstâncias.

Sindjus - Ficou famosa a sua frase "Você sabe com quem está falando?", que reflete uma postura que Brasília conhece bem. O que você pode recomendar para que os nossos leitores conheçam um resumo do seu pensamento a respeito do assunto?

RM - Que leiam o capítulo do livro "Carnavais, malandros e heróis", intitulado "Sabe com quem está falando? Um ensaio

te arregimentada, baseada nos princípios do corporativismo. A cidade tem o setor bancário, o setor de boates, o setor de comércio, o setor de residências... A minha crítica foi essa. É uma sociedade que impede que uma pessoa seja anônima. Como é possível ser anônimo em Brasília? Quer cometer adultério, não pode, porque se for no setor de motéis, vai encontrar a sua mulher lá. É isso. É uma visão ingênua. A minha crítica denuncia a visão do comunismo ingênuo do Oscar Niemeyer, que é o comunismo brasileiro, como é ingênuo o fascismo brasileiro. No Brasil tudo é ingênuo. ■

pele é só uma camada,
não diz nada do que vai dentro.
tecido, apenas, abastecido
da pessoa abrigada:

pele, só cobre de carne,
manto de gente,
é a mesma em todos,
embora aparente muitas
é uma, não é diferente:
pele é só capa, remendo, teia e tela
para contato - derme pasto dos vermes -
fio de pelo, condutor,
goza arrepiar prazer, geme reage dor:

para uns é tez, cútis, seda,
respira, poros, oculta entranhas:
pele perfuma rima o rito ao toque,
vira agasalho, vibra membrana:

pele, para outros é couro curtido,
castigada ao vento,
cicatriz maltratada da fome
no trabalho escravo
enruga, fere, seca, estica, perde,
sangra e parte com o tempo:

pele, pelanca, flácida, esvai
sobra de suplício no esforço,
que mais deixa enquanto dá,
de quem mais suga, vício do poderoso,
trinca, definha e cai pele e osso:

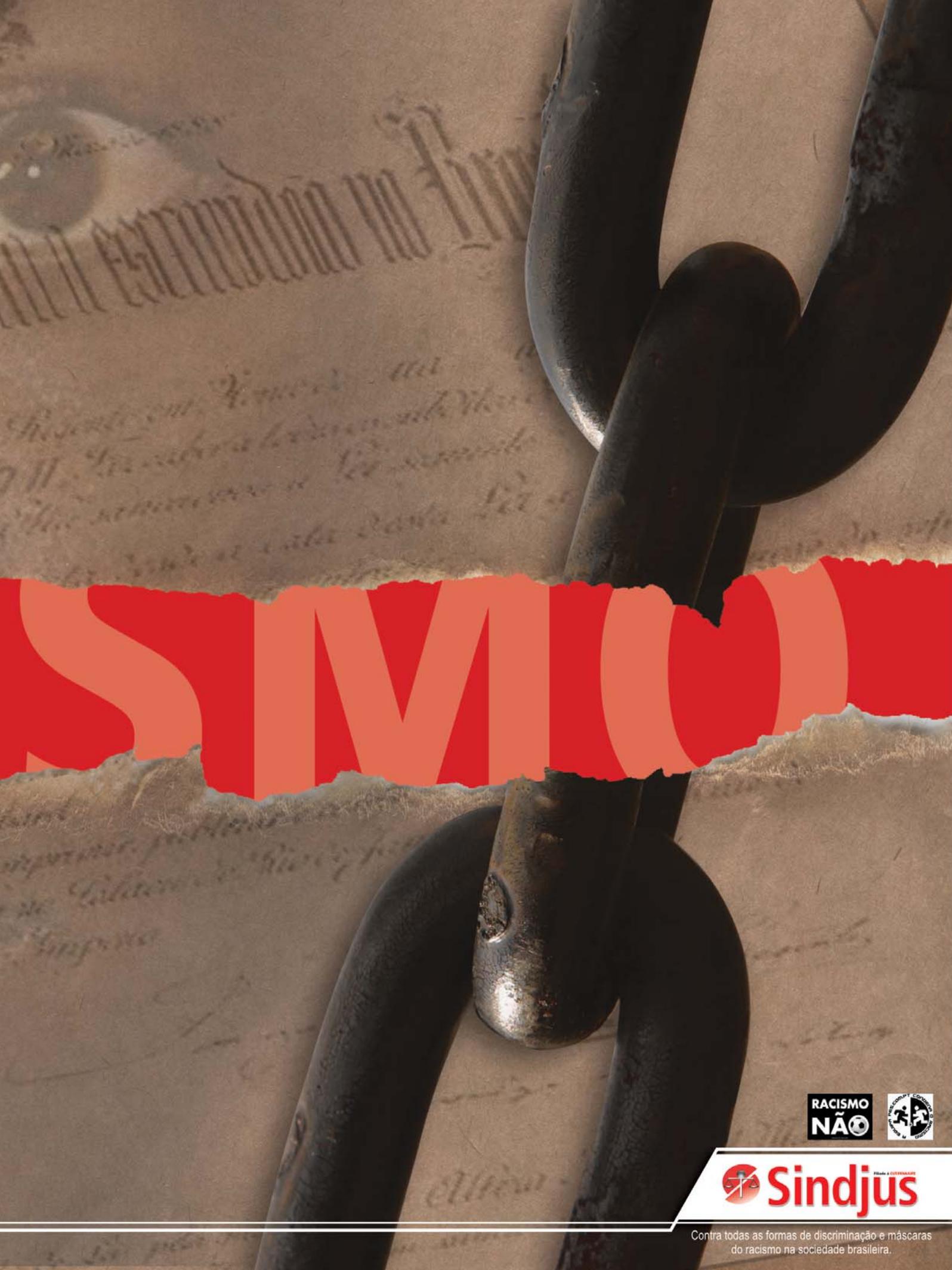
pele passageira breve, teste:
apela, armadilha da vaidade,
valor sem valia de verdade,
o ser humano, pleno, intenso,
que reveste:

pele documento de luta,
marcas da peleja em quem
se arrisca, risca e labuta,
encarna, assume o outro,
sua, em si, expele,
experimenta o irmão
na própria pele:

pele é só camada, não diz nada,
manto que envolve, frágil, acaba:
maior deveria ser a pele
que comove, une, unge, camarada:

como ainda estamos longe
da graça quando julgamos,
humilhamos, ofendemos, agredimos
e matamos em nome da pele, do tipo,
da cor, de crença, cultura e raça:

o quanto ainda estamos presos
na cadeia do preconceito
quando caímos no abismo
do racismo infame poço que
confunde alma e vida
com o couro, a cara e a couraça...



RACISMO
NÃO



 **Sindjus**

Contra todas as formas de discriminação e máscaras do racismo na sociedade brasileira.

As compulsões de cada dia

Cristima Lima

Trabalhar tanto até esquecer a hora de voltar para casa. Gastar todo o salário do mês em jogo ou em compras. Praticar esportes diariamente até a exaustão. Muita gente não sabe, mas pode ser vítima de tipos de dependência menos comum do que

químicas, como drogas. A compulsão é um mal da sociedade que tem deixado especialistas e médicos em alerta. Em maior ou menor grau, é um assunto que é cada vez mais discutido nos consultórios médicos e leva o compulsivo a ter que tomar medicamentos controlados e fazer horas de psicoterapia.

Assim como o desejo por beber ou fumar maconha, a compulsão por consumo destrói não só a pessoa que sofre da doença, mas também a família dela. Nesse caso, o dependente precisa comprar para se sentir bem. Não resistem às vitrines e não lembram que não têm dinheiro para pagar a conta. Estouram o limite do cartão de crédito, gastam valores muito acima de sua renda e chegam até a comprometer o dinheiro da família. Em alguns casos, vendem até os bens.

Foi isso o que aconteceu com a servidora pública H.M.S., 43 anos. Solteira e bem de vida, ela começou a sentir depressão e, como fuga, saía às compras. Deixou de se encontrar com amigos e substituiu as horas nos bares da cidade pelo *shopping*. Passava horas olhando uma vitrine. "Entrava, escolhia a roupa e ia embora. Só em casa me dava conta de que não tinha dinheiro para pagar", conta. A casa, H. também perdeu. Teve de vender o apartamento de dois quartos no Sudoeste para pagar as dívidas.

Jogo - A família da servidora se compadeceu com a doen-

ça. Só depois de levarem H. ao psicólogo é que perceberam que se tratava de um mal próprio da sociedade moderna e consumista. O excesso de compras só começou a ser visto como uma disfunção recentemente. Os gastadores compulsivos são vítimas de uma doença que atende pelo nome de *oneomania*. Em geral, os compradores adquirem objetos que nunca chegarão a usar.

Compulsão por jogo também está na berlinda. Especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmam que esse tipo de dependência atinge de 1% a 4% da população mundial e é considerada uma doença desde 1992. A OMS confirma que passar algumas horas entretido com algum tipo de jogo pode ser considerado lazer, mas, frequentemente, pode se tornar um risco para pessoas que transformam esta atividade numa rotina e não percebem que precisam dela para se sentir bem.

A aficção por jogo como doença tem definição e é caracterizado pela insistência e repetição do comportamento de apostar em jogos de azar mesmo acarretando prejuízos que decorrem dessa atividade, seja qual for o tipo de jogo. Baralho, roleta, jogo do bicho, máquinas de vídeo pôquer, bingo, corridas de cavalo e jogos eletrônicos - podem se tornar jogos patológicos. O jogador não tem limites, quanto mais perde mais joga.

O jogo é outro caso de compulsão que pode destruir a saúde financeira de uma família. O

advogado J.B.G, 60, deixou muitos compromissos de lado para jogar baralho com os amigos. As noites de pôquer quase sempre varavam a madrugada. Chegou a perder R\$ 1 mil em um dia, metade do salário que ele ganhava em 1997. "Não tinha sentia sono, frio ou fome. Só queria saber de jogar. Saía do trabalho direto para casa de um amigo e jogava todas as noites. Até meu rendimento no trabalho ficou prejudicado. Vivia morrendo de sono", admitiu.

A mulher de J. perdeu a conta de quantas vezes combinou de sair com ele. Resultado: o casal se separou. Só então ele percebeu o mal que havia causado à família. "Procurei conselhos dos amigos e de profissionais. Hoje, posso dizer que consegui vencer o vício. Mas foi preciso muita força de vontade. Isso é fundamental", afirmou.

Chocolate - A compulsão ocorre também com pessoas que gostam de chocolate. A vontade é incontrolável. Alguns casos são estudados como dependência. O chocolate libera serotonina (substância química responsável pelo prazer) e leva o usuário a sentir mais desejo por comê-lo. "Eles sentem prazer na atividade e depois sentem sensação de culpa", afirmou o psiquiatra Rafael Boechat, pesquisador associado adjunto da Universidade de Brasília (UnB).

Na avaliação do médico, a compulsão deve ser tratada com farmacologia e psicoterapia.

"Compulsão por jogo também está na berlinda. Especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmam que esse tipo de dependência atinge de 1% a 4% da população mundial e é considerada uma doença desde 1992."

“Substâncias diminuem a impulsividade e levam o paciente a não mais depender daquela substância como antes”, destacou Boechat. Para ele, o psiquiatra deve ser sempre procurado nesses casos de dependência, seja química ou de outro tipo. “O médico tem mais ferramentas para fazer o diagnóstico. Ele pode prescrever os medicamentos e encaminhar à psicoterapia”, avaliou.

Boechat destacou que só um profissional capacitado tem condições de avaliar se uma criança, por exemplo, que passa horas na frente de um computador, está viciada em jogo. “Sou de uma geração em que passávamos horas disputado jogos na frente de um video-game. E aquilo não era compulsão. Era uma brincadeira. Mas se a criança fica sozinha e só se diverte jogando jogos eletrônicos, é preocupante”, citou.

Álcool - Especialistas acreditam que há uma junção de fatores familiares, ambientais, sociais e características da personalidade que levam o indivíduo à compulsão. Estuda-se ainda

uma certa tendência genética que aumenta as chances de um indivíduo apresentar a doença.

Mas um assunto que continua preocupando os médicos é o uso excessivo do álcool. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é uma das drogas com alto índice de dependência no mundo. Ao ingerir o primeiro gole, o consumidor não pensa que pode se tornar dependente. O alcoolismo é uma doença que não tem pressa: ela invade a vida da pessoa aos poucos e, quando menos se espera, não consegue largar a droga.

Sexo - O ator Michael Douglas admitiu que tinha compulsão sexual. Chegou a se internar em uma clínica para se tratar, nos Estados Unidos. Em entrevistas, disse que tinha necessidade de fazer amor com sua esposa várias vezes ao dia.

Com a revelação do ator, muita gente começou a pesquisar sobre o assunto. Mas não existe um estudo de nível mundial de quantas pessoas sofrem do problema, algumas pesquisas realizadas nos EUA estimam que de 3% a 6% dos america-

nos já tiveram experiências de caráter compulsivo sexual.

Dependência é a palavra chave para entender o drama dessas pessoas, que não têm controle suficiente sobre a sua conduta sexual ou atividade masturbatória. Existe uma super exposição moral e íntima, além da falta de seleção adequada de parceiros, o que leva o indivíduo a diversas situações desagradáveis e até perigosas. “O comportamento sexual é a única - ou uma das poucas - formas de obter prazer, de estabelecer contato humano, de conseguir aprovação ou alívio de ansiedades”, comentou o psiquiatra e psicoterapeuta Aderbal Vieira Jr, responsável pelo ambulatório de tratamento do sexo patológico da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Segundo ele, os homens procuram mais ajuda do que as mulheres (cerca de 90% dos pacientes são do sexo masculino). Contudo, existe uma dúvida, “não sabemos se as mulheres não procuram ajuda por questões morais e sociais, ou se elas apresentam menos dependência de sexo”, comenta o médico. ■

A exemplo dos Alcoólicos Anônimos (AA), surgiram vários grupos especializados em tratar os mais diversos tipos de dependência, como os Comedores Compulsivos Anônimos, Devedores Anônimos, Dependentes de Amor e Sexo Anônimos e Jogadores Anônimos. Ao compartilharem experiências e manterem o anonimato, muitos encontram o caminho para controlar a doença.

No bico da insegurança - PMs trabalham na folga

A população não vê, mas eles se escondem por trás de bombas de gasolina, portões de festas e portas de bares. São homens que deveriam vestir apenas a farda para trabalhar. Cerca de 30% dos policiais militares do DF trabalham nas horas de folga, utilizam-se da prerrogativa da pro-

fissão para conseguir "bicos" como seguranças particulares. Os números são da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do DF. Alguns possuem vans de transporte coletivo registradas em nomes de familiares para evitar que se descubra a atividade extra-oficial. O problema é que muitos acabam sendo vítimas de assaltos e até morrem durante o serviço. E utilizam o aparato público para socorrer a iniciativa privada em detrimento da chamada do cidadão comum.

O regulamento das corporações militares exige tempo integral no trabalho. O Comando da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) sabe que esses casos existem, mas prefere se calar para evitar ainda mais polêmica. As denúncias são investigadas pela Corregedoria, mas os dados são mantidos em sigilo. O problema é que os PMs se utilizam das armas e aparatos do serviço policial para usar nos "bicos". Chamam viaturas como se ainda estivessem no horário de trabalho.

Praças trabalhando nas horas de folga é desafio não só para a PMDF. As corporações de outros estados também tentam reverter a situação. Mas é difícil, principalmente pelos baixos salários pagos aos soldados. No DF, a média entre eles é de R\$ 1.700 líquidos. Estados como Piauí e Pernambuco pagam ainda pior. Um soldado no Piauí, por

exemplo, ganha R\$ 400 líquidos.

Risco - Enquanto os policiais se beneficiam com a dupla jornada, a sociedade corre perigo. Como o que ocorreu no posto Texaco, em um domingo de abril. Um policial que estava à paisana abordou e deu voz de prisão a alguns jovens que ouviam música e bebiam no posto. Uma viatura do 18º BPM assumiu a prisão dos jovens. O policial que os prendeu, não seguiu a viatura que continha três policiais. Enquanto o rádio informava a ocorrência de vários crimes na cidade naquela noite, a viatura ficou quatro horas com dois jovens acusados de desacato a autoridade.

Não são só empresários que se utilizam das folgas dos policiais. Há permissionários do transporte alternativo que recorreram aos PMs para fazer vigilância a motoristas e cobradores. Há denúncias de que às vezes retiram os passageiros das vans e os submetem a revistas, com armas e à paisana (sem farda). Ou então, quando se percebe que há suspeitos dentro do veículo, aciona alguma viatura da PM por perto para "dar um baculejo".

Ilegalidade - O trabalho nas horas de folga dos policiais militares é ilegal. Não existe autorização da Polícia Federal para o serviço deles. Os superiores,

é claro, sabem das atividades, mas fazem de conta que não percebem. Ou então simplesmente deixam que trabalhem, quando deveriam remetê-los à Corregedoria da PM.

Casos de mortes no trabalho informal não é raro de acontecer. Em 2002, o soldado Antônio Henrique Silva Torres, 31, lotado na 9ª Companhia de Polícia Militar Independente-Cpmind (Brazlândia), saía do serviço e ia para o escritório da loja Gama Games, no Novo Gama (GO), a 46 Km do Plano Piloto. Era lá que fazia "bicos" como segurança. Ele queria dar mais conforto à mulher e aos dois filhos. Mas o trabalho custou-lhe a vida. Ele foi rendido e obrigado a se deitar no chão da loja, junto com os outros oito funcionários. Estava armado e portando a carteira de identidade militar. Três bandidos armados com revólveres calibre 38 e pistola semi-automática entraram perguntando onde estavam o cofre e o segurança. Morreu em seguida, mas não se sabe que só morreu porque os ladrões perceberam que ele era PM.

MPDF - O promotor Mauro Faria Lima, da 3ª Promotoria Militar do Ministério Público do Distrito Federal explica que quando os PMs trabalham nas horas de folga, infringem o regulamento disciplinar da profissão. Criminalmente, não se pode

“Praças trabalhando nas horas de folga é desafio não só para a PMDF. As corporações de outros estados também tentam reverter a situação. Mas é difícil, principalmente pelos baixos salários pagos aos soldados. No DF, a média entre eles é de R\$ 1.700 líquidos”.

punir o policial, a não ser administrativamente. "Mas cabe processo contra o Comando Geral. O comandante pode responder por improbidade administrativa", ressaltou o promotor. Ele explica que o Ministério Público só atua quando o policial comete crime. A atribuição para investigar o trabalho ilegal são de competência do Comando Geral. "O trabalho policial passa a ser um "bico", já que a atividade na iniciativa privada é mais rigorosa. É preciso se pensar nas escalas de serviço, quando um PM pode trabalhar 24 por 60 horas", destacou o promotor.

Está tramitando na Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei que prevê penalidades para as pessoas físicas ou jurídicas que contratarem serviço clandestino de vigilância. A proposta foi sugerida pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores do Distrito Federal (Sindesp-DF), após constatar que, só no DF, existem mais de 15 mil profissionais desqualificados realizando este tipo de atividade.

O projeto, de autoria dos deputados distritais Leonardo Prudente (PFL/DF), Eliana Pedrosa (PFL/DF) e Chico Vigilante (PT/DF), terá três tipos de penalidades não cumulativas. A primeira de-

las será apenas uma advertência. Se persistir com o serviço clandestino, o responsável receberá uma multa no valor de R\$ 500 por trabalhador contratado e se for pessoa jurídica poderá ter, em último caso, a cassação do seu alvará de funcionamento do GDF.

Sem saída - O setor de segurança privada conta, também, com o Projeto de Lei 4.594/04, já em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta, de autoria do deputado federal Irineu Colombo (PT/PR), tipifica como crime a contratação de serviço clandestino de vigilância patrimonial e de proteção de clientes. O contratante desse tipo de atividade poderá pegar de um a dois anos de detenção, além de ser multado.

O deputado federal Alberto Fraga (Sem partido/DF) lamenta que os policiais militares tenham que fazer "bicos" para se manter. "Isso ocorre pela defasagem do salário dos praças.

Enquanto um agente da Polícia Civil ganha R\$ 5 mil mensais, o soldado ganha R\$ 1.700", destacou.

O presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, ex-cabo Sidney Patrício, discorda dos "bicos", mas entende os colegas de farda. "Eles não têm outra saída. Os salários são muito baixos. Vemos o aumento do trabalho ilegal com preocupação. É a própria vida dos policiais que está em perigo, como comprovam as estatísticas", afirmou. ■

" Está tramitando na Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei que prevê penalidades para as pessoas físicas ou jurídicas que contratarem serviço clandestino de vigilância".

A guerra civil brasileira

U Por José Silva Jr.

ma pesquisa recente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) revelou um dado que apimenta ainda mais o polêmico referendo sobre a comercialização de armas que será votado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ). De acordo com a ONU, o Brasil ocupa a segunda posição no *ranking* dos 57 países onde mais morrem pessoas vítimas de armas de fogo. Está atrás apenas da Venezuela, que lidera a lista com 34 mortes para cada cem mil habitantes. Os dados foram entregues pelo presidente da entidade, Jorge Werthein, ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

A questão do referendo, que foi para a CCJ no dia 11 de maio, gerou até *lobby* dos que são contra o desarmamento. A bancada contrária ao desarmamento, li-

derada pelo deputado Wanderval Santos (PL-SP), conseguiu uma inesperada manobra na Comissão de Segurança Pública e propôs a alteração da pergunta que será feita à população no referendo popular de outubro. O texto proposto ressaltava a legítima defesa pessoal e do patrimônio, ao apresentar a questão do fim da venda de armas no país.

Defensores do Estatuto do Desarmamento temiam que a alteração acabasse por induzir o cidadão a dizer sim à venda de armas, como forma de garantir a própria segurança. Mas o texto original acabou mantido e levado à CCJ.

Desde a aprovação do estatuto, em dezembro de 2003, parlamentares contrários à proposta apresentam projetos para adiar o referendo. Mas o relator da matéria, João Paulo Cunha (PT-SP), deixou os grupos favoráveis ao desarmamento mais calmos. Descobriu brechas legais que permitem ao Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) escolher a data da consulta popular.

Campanha do desarmamento - Nove meses depois de ser deflagrada em todo o país, a Campanha do Desarmamento começou a dar resultados. O número de ocorrências hospitalares causadas por arma de fogo caiu consideravelmente nas duas principais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dois estados são os recordistas no número de arrecadação de armas. São Paulo lidera o *ranking* de armas entregues com 105.851, seguido por Rio de Janeiro, com 32.690. O DF lidera o *ranking* da região Centro-Oeste, com 6.059 armas entregues.

Até agora, ao todo, a campanha já recolheu 331.322 armas em todo o país. A estimativa inicial do governo era recolher 80 mil até o final do ano passado. Além disso, houve redução de homicídios em algumas regiões do país. Em São Paulo, os índices recuaram 18% no ano passado. Em Curitiba o recuo foi maior: 27%.

MPDFT é o mais novo aliado da campanha - O mais novo posto de arrecadação de armas fica no Ministério Público do DF, na Praça do Buriti. Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. No primeiro dia de funcionamento do posto, quem inaugurou o guichê da PM, doando um revólver calibre 38, foi a ex-procuradora-geral de Justiça Marluce Aparecida Barbosa Lima.



ONG apóia famílias de vítimas - O Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive) surgiu em 1999. A moradora de Santa Maria, Maria Marta Correa, 39 anos, encontra apoio no Convive. Ela teve a filha de 15 anos brutalmente assassinada por um jovem de 18 anos, que hoje está preso.

Sindjus - Muitas pessoas possuem armas porque julgam que com elas estarão mais seguras. Isso é verdade?

Maria Marta Correa - Nunca. Se armas são sinônimo de segurança, então por que bandidos também morrem quando estão armados? É um equívoco. Perdi uma filha para a violência nem por isso me sinto no direito de andar armada.

Sindjus - Quais são as suas expectativas sobre o projeto do referendo?

Maria Marta Correa - São as melhores possíveis. Será um avanço. Somos um país pacífico, para que iremos andar armados? Eliminando as armas das ruas, a violência cai.

Sindjus - Como é a dor da perda de um filho?

Maria Marta Correa - No início só queria morrer. A dor nunca acaba. É cicatriz aberta. O remédio é lutar contra a violência. Eu era muito feliz antes de perder a minha filha. Era a minha primeira filha. Tenho mais três e sempre sentirei falta. Talvez seja isso que me faz lutar incansavelmente contra a violência.

A polêmica da pergunta

Integrantes do *lobby* das armas tentaram modificar a pergunta do referendo. Eles apoiavam a seguinte pergunta:

"Deve ser proibido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma da lei?".

Foi vitoriosa a pergunta originalmente proposta. Mais simples: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?".

O que você pensa sobre a campanha de desarmamento?

"Acho que essa medida veio tarde demais. Somos um país de paz, por isso não vejo justificativa nenhuma para o cidadão se armar. Li no jornal que, durante dez anos de guerra entre Israel e Palestina houve 19 baixas por dia para cada lado. No DF, tem fim-de-semana que há 14 assassinatos". Antônio Manoel de Jesus, 48 anos, chefe da Divisão de Segurança Orgânica do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional da Procuradoria-Geral da República.

"Sou favorável ao desarmamento, sim. Quem tem de andar armado é a polícia, que é treinada para manuseá-la. Não há porque permitir que qualquer pessoa tenha porte de armas. Se todo mundo tiver armado, viveremos uma guerra urbana. A melhor maneira de diminuir a violência é desarmar a sociedade". André de Sales Gonçalves, 23, analista de informática do CPSI da PGR.

"Claro que devemos nos desarmar. Mas não basta agir somente aqui fora. Acho que nos presídios também deveria ser feito um trabalho minucioso. As armas que são comercializadas lá dentro chegarão aqui fora. E, com certeza, não serão usadas para o bem. Isso faz com que aumente a insegurança das pessoas". Maria do Socorro Ramos, 43, técnico judiciário do Serviço de Preparação de Pagamento

de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Sou contra essa campanha do desarmamento porque acho que o estado deveria, primeiro, dar mais segurança em vez de pedir ao povo que se desarme. Dando condições para a população levar uma vida mais tranquila, não haverá necessidade dela se armar. Mas isso só deve acontecer quando tivermos um governo engajado com o compromisso público". Alberto F. da Rocha, 43, subsecretário de recursos do TST.

"Sou a favor. Mas não adianta somente desarmar o cidadão. É preciso tirá-las das mãos dos bandidos também. Para isso, deve haver um esforço concentrado do governo, da justiça e da polícia. Essa, aliás, talvez seja responsável por exercer um papel fundamental nessa luta contra as armas. Tanto no aspecto de cumprimento da coibição quanto na parte de fiscalizar a corrupção dentro de sua corporação". Francisco Chagas Martins, 47, técnico judiciário do Setor de Distribuição da Justiça Federal.

"Sou contra. Desde quando fui vítima de seqüestro relâmpago nunca mais me separei dela. Tenho arma há cinco anos e nunca precisei usá-la. Ela fica na minha casa e é de uso exclusivo para a defesa da minha família. Acho certo que haja um

maior controle na expedição de porte de arma, mas sou a favor de o cidadão ter direito de se defender". Rafael Matos, 21, advogado da Justiça Federal.

"Existe muito interesse por trás desse assunto. De um lado o governo, que para ter sua bandeira estada aperta o cerco contra as indústrias bélicas. Essas, por sua vez, alegam que esse arrocho diminuiria sua receita e acabaria provocando uma onda ainda maior de desemprego para no país. Mas fico com o governo e sou a favor". Ianne Carvalho, 28, servidor do Centro de Informática do STM.

"Tem que haver total. Acho que vai diminuir um pouco mais a violência. Entregar uma arma a uma pessoa que não tem preparo é um erro. É preciso também mexer nas leis. Elas precisam ser mais severas para com quem tentar infringi-las. Agindo dessa forma, o governo obterá êxito com a sua campanha". Leonardo Borges, 22, técnico judiciário do Serviço de Protocolo do TJDF.

"Sou a favor, sim. As armas têm de ficar nas mãos de quem é reconhecido pela lei. Ou seja, das polícias Civil e Militar. Não tem nada a ver um cidadão de bem usá-las com o intuito de se proteger. Isso, a meu ver, é desculpa furada e muito perigoso. A maioria das vezes, essa bendita

arma cai nas mãos de malfeitores. Aí o final a gente conhece". Fernando Gomes Pereira, 36, técnico judiciário do Serviço de Protocolo do TJDF.

"Sou contra o comércio ilegal de armas no Distrito Federal, que municiona a violência. Em vez de proteger, elas (armas) são as maiores disseminadoras desse flagelo que assola a população brasileira. Acho que esse referendo já vem tarde. Precisamos coibir esse gesto precipitado. Polícia, cidadão: cada um no seu papel". Rafael Rodrigues, 23, técnico judiciário da Diretoria do Fórum (TJDF).

"Sou extremamente a favor dessa campanha feita pelo governo. Quem precisa andar armado é a polícia, porque tem o dever de assegurar nossa integridade. Mais ninguém. Se não for ela, quem as usa (armas) são bandidos. As pessoas de bem lutam com outra ferramenta: a inteligência. Essa sim é a melhor forma de se proteger da violência". Flávio Yeda, 39, programador do Setor de Engenharia e Manutenção do MPDFT. ■



Pela qualificação do serviço público

Uma antiga reivindicação do funcionalismo está em discussão no Congresso Nacional: a volta da ascensão funcional como forma de permitir aos que ingressaram no serviço público via concurso, ascender ao próximo cargo daquela carreira, desde que atenda aos requisitos necessários, como tempo de serviço, escolaridade, aprovação em concurso, treinamentos, etc.

Para tanto, tramitam na casa legislativa três Propostas de Emenda à Constituição para alterar o artigo que proíbe a ascensão funcional no serviço público. Além disso, duas frentes parlamentares já foram formadas no Congresso para apoiar as propostas: a Frente em Defesa do Servidor Público, capitaneada pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO), e a Frente em Defesa da Carreira e da Profissionalização no Serviço Público,

liderada pelo deputado Carlos Mota (PL-MG). Ao que tudo indica, vem crescendo a convicção de que a decisão da Assembleia Constituinte de vetar a ascensão funcional representou um entrave ao desenvolvimento de uma verdadeira carreira funcional em órgãos públicos.

No dia 28 de abril, o Sindjus promoveu em Brasília, no teatro Plínio Marcos, o debate "Ascensão funcional – Como e porque aprová-la", reunindo os deputados federais Carlos Mota e Walter Pinheiro (PT-BA), além de setenta servidores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Os palestrantes debateram o tema por duas horas, deixando claro que a ascensão funcional pode ser combinada à adoção de políticas de atualização e elevação do nível de eficiência no trabalho, que permite a cada servidor almejar novos postos e funções, de acordo com a sua capacidade. "Trata-se de melho-



Deputado Walter Pinheiro, Deputado Carlos Mota e Coord. Roberto Policarpo

rar a qualidade no serviço público e de justiça para quem sempre acreditou na qualificação para melhor prestar os serviços que a população precisa", disse o deputado Walter Pinheiro.

O deputado Carlos Mota, autor da PEC nº 206, de 2003, disse que a ascensão funcional é um mecanismo eficaz de profissionalização do serviço público. "Não permitir a ascensão funcional pode ser pernicioso para o serviço público. A desmotivação se instala em parte expressiva

dos servidores. Outros, mais obstinados, vão buscar em outras carreiras, em outros órgãos, em outros concursos, a valorização, representada por crescimento financeiro e ascensão profissional na carreira. O resultado é o enfraquecimento de órgãos e a queda na qualidade da prestação do serviço público", defende Mota.

O deputado Walter Pinheiro afirmou que atualmente existe um vazio, uma indefinição e um medo de possibilitar a ascensão

Argumentos favoráveis à ascensão funcional

- Profissionaliza o serviço público, na medida em que provê a sociedade de profissionais qualificados, não somente do ponto de vista quantitativo, medido friamente na prova do concurso, mas também qualitativo, por considerar válida a experiência profissional;

- Valoriza a meritocracia, em benefício da qualidade dos serviços prestados à população, ao permitir que os profundos

conhecedores da instituição, uma vez cumprindo os requisitos, possam ocupar cargos de maior complexidade, atualmente reservados aos estudantes inexperientes, conhecedores apenas da teoria;

- Viabiliza o crescimento profissional e o aperfeiçoamento pleno da força de trabalho em atividade no serviço público;

- Combate o "desvio de função", pois os servidores, que em nível

técnico exercem funções de analista, terão oportunidade de ocupar cargos compatíveis com suas habilidades;

- Moderniza a Administração Pública, pois a coloca, no que tange à seleção de pessoal, em pé de igualdade com a própria iniciativa privada que adota rotineiramente tal critério de seleção.

- Levanta o debate sobre as atribuições dos cargos públicos e

pressupõe que essas atribuições estejam claras, bem definidas, para ordenar as carreiras e evitar a "transposição" de cargos. Ao definir bem as atribuições de cada cargo, seu nível de complexidade e responsabilidade, fecha-se mais uma porta à terceirização.

- Impulsiona o constante desenvolvimento pessoal e profissional, pois devolve o horizonte de crescimento e revitaliza a "vocação" do servidor público.



no serviço público. “A ascensão tem que fazer parte de um processo de reformulação e valorização do serviço público, desde que os servidores se submetam a provas de conhecimentos, nos moldes de um concurso de ingresso”, disse o parlamentar.

O debate deixou claro que o desafio dos servidores é conseguir mudar o conceito errôneo de que ascensão funcional é a mesma coisa que *trem-da-alegria*. “É preciso agir, instalar a mobilização e o debate no Congresso Nacional e acabar com a conotação negativa que o tema tem suscitado”, disse Walter Pinheiro. A ascensão funcional deve ter critérios democráticos e transparentes, que impossibilitem favorecimentos.

Walter Pinheiro defende, por exemplo, que se estabeleça um prazo mínimo de permanência no cargo originário, além de formação adequada, para que se possa candidatar a uma prova seletiva que leve à ascensão. “A ascensão deve fazer parte de uma ampla reforma no Estado brasileiro, que foi destruído ao longo dos últimos anos. Representa o fortalecimento, a eficiência e a perenização de um serviço público eficiente, capaz de enfrentar dificuldades e bem servir à população”, afirmou.

Necessidade de critérios

- O deputado Carlos Mota fez uma retrospectiva da evolução do serviço público no Brasil, revelando que a ascensão funcional existiu até 1993 (*veja quadro*). Falou também sobre como funciona o serviço público em ou-

tros países do mundo, citando exemplos da França, Portugal, Espanha, Alemanha e Japão. “A ascensão funcional é um sistema de provimento derivado – ou seja, que depende de um vínculo anterior do servidor com a Administração. Esse tipo de provimento está presente em diversos países e permite a mobilidade entre os níveis fundamental, médio e superior dentro do serviço público, a partir de critérios bem definidos”, declarou Mota.

Carlos Mota defendeu uma ampla discussão sobre o tema, que possibilite o aperfeiçoamento da PEC. Ele acredita na apresentação de um Substitutivo a sua proposta, que incorpore sugestões e melhorias ao texto. “Queremos debater exaustivamente. Mudar de opinião é um gesto de pessoas inteligentes e sensatas, por isso, acredito que podemos mudar conceitos e resgatar o instituto da ascensão como forma de propiciar um serviço público mais forte, independente, capaz de prestar um serviço de qualidade, e com servidores valorizados e estimulados”, finalizou.

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, disse que a possibilidade de movimentação vertical sempre esteve presente nas lutas do sindicato. Ele reafirmou que o ingresso no serviço público deva se dar exclusivamente por concurso público, mas que a ascensão funcional é um instrumento legítimo para promover a valorização dos servidores e a profissionalização do serviço público. “Temos que discutir o assunto de forma qualificada, em busca de um modelo de ascensão funcional que seja transparente e democrático”, disse Policarpo.



Modelo é adotado em outros países

De acordo com o deputado Carlos Mota, a ascensão funcional é adotada em países europeus, como Espanha, França e Alemanha. Na Espanha, por exemplo, nas carreiras cujos cargos estão escalonados em três níveis, o provimento se dá assim:

Nível elementar	100% cargos providos por concurso público
Nível médio	50% cargos providos por concurso público 50% cargos providos por ascensão
Nível superior	100% cargos providos por ascensão

Isso porque, para o exercício do cargo mais alto, de nível superior, é preciso conhecer a fundo a carreira, em todos os seus níveis. Carlos Mota exemplifica ainda que a ascensão funcional está presente em pelo menos duas carreiras no Brasil: as carreiras militar e diplomática. “Ninguém vira general sem ter sido capitão”, afirma.

Histórico do Serviço Público no Brasil

- Em 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em seu art. 170, 2º, estabeleceu o concurso público no ordenamento jurídico brasileiro.

- Em 1937, a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, manteve, pelo art. 156, o instituto do concurso público em relação a cargos de carreira, o que também ocorreu em relação à Constituição de 1946, por meio de seu art. 186.

- Em 1967, a Constituição do Brasil, em seu artigo 95, tornou o concurso obrigatório para o provimento de todos os cargos públicos, excetuando-se os cargos em comissão. A partir daí, tornou-se inviável a organização dos cargos públicos em carreira.

- A Constituição de 1969, por meio de seu art. 97, retomou a necessidade de que somente a primeira investidura cargo público deveria ser por meio de concurso.

- A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu art. 37, II, exige a aprovação em concurso público para a investidura em cargo ou emprego público, mas retirou do texto a expressão “a primeira”. Tal fato ocasionou dúvidas e as conclusões de que a Constituição impossibilitava qualquer forma de progressão funcional.

- Em sentido contrário e visando esclarecer, a Emenda Constitucional nº 19 deu nova redação ao art. 39 da Constituição Federal e expressamente previu a possibilidade de que cargos correlatos fossem organizados em carreira.

- A partir de 1993, o STF tem rejeitado o provimento derivado de cargos públicos.

A importância de conciliar vocação e lotação

A Evelyne Nunes concordar todos os dias, ir ao trabalho e ter a certeza de atuar na profissão certa é um objetivo que se torna cada vez mais difícil de ser alcançado.

No setor público não é diferente: é grande o número de candidatos que disputam cargos diferentes de suas formações nos concursos públicos. Com isso, é comum encontrar nos órgãos públicos servidores que deixaram a vocação em segundo plano. Esse é o caso da Técnica Judiciária do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luciane Serra, 27 anos. Quando passou no concurso ela ainda cursava o segundo ano de publicidade. Hoje, formada, ela atua na área de Recur-

sos Humanos do Tribunal e trabalha em um programa de capacitação profissional dos servidores.

“Não sei como seria a minha vida se não trabalhasse aqui. Não posso prever se estaria empregada ou não”, afirma Luciana. Para ela, uma maior segurança no emprego foi um dos fatores que mais pesou na hora de optar pelo serviço público. “Eu gostaria de poder atuar na minha área, mas apesar de não ter conseguido conciliar o trabalho e a vocação, não me sinto uma pessoa frustrada”, admite.

Para a servidora Eugênia de Oliveira, 40 anos, além da segu-



Eugênia de Oliveira

rança oferecida pelo setor público, o acirramento do mercado é outro ponto importante quando o assunto é profissão. “O mercado está ficando cada vez mais restrito. Sou formada em Letras e acho que não sobreviveria apenas desempenhando essa profissão”, comenta. Eugênia trabalha no apoio administrativo do TST e se diz realizada

com sua atividade laboral. “Embora não trabalhe na minha área de formação eu estou satisfeita com o meu cargo. Os benefícios oferecidos pelos órgãos públicos compensam essa distorção”, afirma.

Frustração - Na opinião da psicoterapeuta ocupacional Maria Aparecida Maurício, a troca da vocação por benefícios e vantagens deve ser analisada com cautela. “Existem pessoas que são capazes de fazer esse tipo de opção e não sentem nenhum tipo de alteração emocional. Já outras podem desenvolver sentimentos de impotência, incapacidade e frustração. Esses sintomas precisam ser trabalhados para evitar a depressão e desinteresse pelo serviço”, explica.

De acordo com a psicóloga, o ato de deixar a vocação em segundo plano é muito incentivado pela família e a sociedade. “Há uma cobrança excessiva nesse sentido. Quando o jovem termina a faculdade, a família, os amigos e todos à sua volta pressionam para que ele comece logo a trabalhar, não importando o tipo de trabalho que ele desempenhará”. Segundo Maria Aparecida, para evitar esse tipo de influência, o profissional precisa estar bastante seguro de sua opção. “É preciso ter uma personalidade muito forte e acreditar no sonho. Muitos reclamam da falta de oportunidades, mas eu adoto a filosofia de que para o bom profissional não faltam oportunidades”, defende.

A professora e servidora do Tribunal Regional do Trabalho da



Roberta Melo

10ª região, Roberta de Melo, 23 anos, é uma adepta dessa filosofia. Assim que terminou a faculdade de direito não perdeu tempo e correu atrás do seu sonho – trabalhar na área jurídica. Atualmente ela faz análise de processos na área trabalhista e ministra aulas de direito constitucional em um cursinho da cidade. Para a professora, o profissional que exerce uma profissão apenas por *status* ou remuneração não é uma pessoa realizada. “Se a gente não gostar do que faz, nada fica bem feito. Não me imagino fazendo outra coisa a não ser trabalhando nessa área”, afirma.

A orientadora vocacional Beatriz Montenegro acredita que para o profissional ter essa certeza de ter optado pelo ofício certo é muito importante um direcionamento vocacional ainda na fase da adolescência. “Embora o momento de escolher uma carreira seja um período conturbado, é fundamental a existência de um planejamento. Com

“Há uma cobrança excessiva nesse sentido. Quando o jovem termina a faculdade, a família, os amigos e todos à sua volta pressionam para que ele comece logo a trabalhar, não importando o tipo de trabalho que ele desempenhará”

isso, o jovem pode identificar a área com a qual ele tem mais afinidade e evitar problemas futuros”, aconselha.

Adaptação - Segundo a orientadora, o fato de alguns profissionais deixarem a vocação em segundo plano não os impede de exercer bem outras atividades. “As habilidades e interesses podem sofrer alterações ao longo do tempo. Por isso, é possível haver um redirecionamento de aptidões e adaptar o profissional a uma nova função”, defende.



Thyanne Fonseca

Esta é a mesma opinião da coordenadora de formação do Sindjus, Thyanne Fonseca. Ela acredita que, mesmo no serviço público, é possível procurar adaptar as lotações dos servidores às suas competências. “A Administração pública se beneficia muito quando dispõe de um corpo de profissionais motivado por uma lotação adequada, porque os talentos dos servidores certamente emergirão, trazendo à tona muito mais qualidade aos

serviços públicos prestados.”

“Não se trata de fazer apologia à figura do desvio de função, muito pelo contrário, porque grande parte dos cargos específicos só pode ser ocupada por profissionais que reúnam as qualificações necessárias. Isso já demonstra que um servidor que tenha feito concurso para um cargo dessa natureza optou por dedicar-se especificamente àquela área de atuação. Presume-se que o servidor estaria mais vocacionado para exercer um cargo de natureza específica. É o caso dos médicos, odontólogos, psicólogos, entre outros, que muitas vezes concorrem por um número muito inferior de vagas, se comparados aos cargos de atuação mais ampla.”

Competência - Outro ponto destacado pela coordenadora é a pouco divulgada *‘vocação para o serviço público’*: “Há sim pessoas vocacionadas para o serviço público, o problema é que a sociedade não tem muita clareza quanto ao nosso papel, pois, ao longo dos anos, nossa imagem vem sendo destruída pela mídia e pelos governos, não permitindo que a população vislumbre esse tipo vocacional, sempre associando a atividade de servidor público aos marajás, aos políticos e a todo tipo de corrupção. Apesar disso, muitos profissionais, quando ingressam no serviço público e têm a oportunidade de serem lotados de acordo com suas competências, descobrem aqui dentro a realização de suas vidas, porque têm a chance

de fazer o que sabem e gostam, além do papel exclusivo do servidor público de servir ao Brasil”.

“Os administradores da coisa pública precisam tomar consciência de que as pessoas e seus potenciais precisam ser aproveitados, sob pena de desmotivar o servidor e não conseguir que ele atue em sua plena capacidade produtiva. Pensando assim, alguns órgãos já começaram a trabalhar nesse sentido, implantando ou estudando modelos de gestão de pessoas que privilegiem a *competência*, entendida aqui como a reunião de conhecimentos, habilidades e atitudes. Espera-se, dessa forma, reter e adequar os “talentos da Casa” à real necessidade da sociedade. Quando uma gestão por competências é adotada, é feito um mapeamento entre as competências necessárias ao cumprimento da missão da instituição e as competências disponíveis. A idéia é alinhar toda a necessidade identificada ao capital intelectual disponível na organização e posteriormente proceder às adequações necessárias. Surge daí o foco para gerenciar todo o desenvolvimento dos servidores, diminuindo, em muito, as interferências políticas para avaliar desempenho, capacitar, designar para funções comissionadas, etc. Além de privilegiar o mérito, a gestão por competências permite o aproveitamento da pessoa certa no lugar certo. As vantagens são óbvias: ganha o servidor e ganha a administração, pois a produtividade e o clima interno sobem para muito além do satisfatório.” ■

“ Muitos profissionais quando ingressam no serviço público e têm a oportunidade de serem lotados de acordo com suas competências, descobrem aqui dentro a realização de suas vidas, porque têm a chance de fazer o que sabem e gostam, além do papel exclusivo do servidor público de servir ao Brasil”

**15 anos depois
continuamos
mais presentes
com a força
do seu voto**

**Votar foi a primeira ação
capaz de mudar atitudes.
Um Sindicato para ser realmente
seu precisa de representantes
ativos e comprometidos
com os nossos ideais.
Parabéns aos novos
delegados sindicais.**

